

Avaliações Personalizadas Online para alunos público-alvo da Educação Especial: análise qualitativa e da funcionalidade do recurso

Kátia de Abreu Fonseca

*Pedagoga. Doutoranda na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação, campus de Marília-SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq).
E-mail: katia.fonseca@unesp.br*

José Roberto Barboza Junior

*Pedagogo habilitado em Deficiência Intelectual e Auditiva. Professor do AEE na Prefeitura Municipal de Dois Córregos-SP e de Barra Bonita-SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq).
E-mail: robertoeducador@outlook.com*

RESUMO

No processo de escolarização do aluno considerado como público-alvo da Educação Especial (PAEE), um dos conceitos discutidos sobre a prática docente é o da avaliação pedagógica, ou seja, como planejar e desenvolver mecanismos de avaliação que possam demonstrar, quantitativa e qualitativamente, os avanços pedagógicos de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e alta habilidade/superdotação. Como organizar momentos e instrumentos para avaliar a aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula do ensino comum? Nesse cenário, foi construído e aplicado um recurso denominado “Avaliações Online Personalizadas” (APOn), utilizando o *Google Forms* como plataforma para o instrumento de avaliação, através da produção e construção do recurso pedagógico, considerando como referencial teórico o conceito de ajustes curriculares (flexibilidade, adequação e adaptação) como norteadores do processo de produção das avaliações. Esse recurso foi aplicado nas redes municipais de educação, garantindo os preceitos da realização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, na qual todos os alunos, independentemente de serem ou não PAEE, podem ser submetidos aos mesmos critérios de avaliação, apenas com a adequação do recurso de avaliação que considere suas condições sensoriais e cognitivas. Os resultados quantitativos e qualitativos, relativos à funcionalidade dos recursos, foram positivos, o que nos faz pensar que esse recurso é indispensável para uma educação que contemple os princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Avaliação. Avaliação Personalizada Online.

Personalized online assessments for students targeting special education: qualitative analysis and feature functionality

ABSTRACT

In the student's schooling process considered as the target audience of Special Education (PAEE), one of the concepts discussed about teaching practice is that of pedagogical assessment, that is, how to plan and develop assessment mechanisms that can demonstrate quantitatively and qualitatively, pedagogical advances of students with disabilities, autism spectrum disorder and high skill / giftedness. How to organize moments and instruments to evaluate the learning of the contents developed in the classroom of the common teaching? In this scenario, a resource called "Personalized Online Assessments" (APOn) was built and applied, using Google Forms as a platform for the assessment instrument, through the production and construction of the pedagogical resource, considering the concept of curricular adjustments as a reference (flexibility, adequacy and adaptation) as a guide to the evaluation production process. This resource was applied in the municipal education networks, guaranteeing the precepts of carrying out special education in the perspective of inclusive education, in which all students, regardless of whether or not they are the PAEE, can be subjected to the same evaluation criteria, only with the adequacy of the assessment resource that considers their sensory and cognitive conditions. The quantitative and qualitative results, relative to the functionality of the resources, were positive, which leads us to think that this resource is indispensable for an education that contemplates the principles of inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Evaluation. Personalized online assessment.

1 Introdução

Os métodos de avaliação educacional utilizados em instituições de ensino brasileiras, em sua maioria, ainda apresentam dificuldades de operar a partir do princípio inclusivo, que prevê formas diferenciadas de avaliação, pois ainda se assiste uma prática, na qual, o recurso avaliativo, a partir de um referencial que intenta a ser homogeneizada, é utilizado pelo professor a todos os alunos de uma mesma turma, confiando que os alunos reproduzam os

conceitos no mesmo formato que lhes foram apresentados e, muitas vezes, não considerando a articulação individual do processo de ensino e aprendizagem.

Situações de culpabilidade ao aluno por não ter aprendido determinado conteúdo são comumente encontradas nos universos escolares com a máxima de que “o professor ensina, e se o aluno não aprende, é porque este não se dedicou o suficiente”, para se apropriar de tal conteúdo.

Avaliações com esse formato não representam o que de fato o aluno se apropriou dos conhecimentos, nem se é capaz de valer-se da aprendizagem dos conteúdos historicamente sistematizados e organizados para desenvolver funções superiores de pensamento e raciocínio.

Lamentavelmente, esses meios avaliativos não asseguram se o aluno aprendeu determinado conteúdo, o que mais é verificado é o não estabelecimento de novas relações entre conteúdo e sua aplicabilidade em situações externas ao universo escolar, tornando-se um instrumento hierarquizado e, muitas vezes, entendido como punitivo. Para Hoffmann (2012, p. 17), “a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório”, não cumprindo assim, um de seus principais papéis que é o de fornecer para o professor um acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Hadji (2001, p. 16), “deve-se pôr a avaliação a serviço das aprendizagens o máximo possível”. Nesse sentido, a avaliação deve ser entendida como a aprendizagem em ação, ou seja, conduzindo-o à reflexão e utilização dos conceitos aprendidos em esferas extraescolares.

Se o professor não assumir o risco de fabricar instrumentos e criar situações, desde que tenha a preocupação constante de compreender para acompanhar um desenvolvimento, como o aluno pode realmente, em sua companhia, assumir o risco de aprender? (HADJI, 2001, p. 24).

Para que a avaliação seja de fato inclusiva é preciso organizar condições para que todos os alunos tenham sua escolarização acompanhada e analisada com o intuito de planejamento de novas proposições pedagógicas, considerando suas particularidades.

O que se pretende apresentar neste texto é o recurso de Avaliação Personalizada Online (APON) que, embora seja personalizado, é possível verificar, de forma quantitativa, os avanços pedagógicos do aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE), quando comparado com resultados de avaliações anteriores – por instrumentos padronizados análogos aos alunos da turma (sem deficiência) –, como também de maneira qualitativa, uma vez que a escola “como espaço inclusivo, deve ter por desafio o sucesso de todos os seus alunos sem exceção” (FONSECA, 2011, p. 25), incluindo os processos de avaliação escolar.

Assim, frente à responsabilidade da escola em relação aos fundamentos da inclusão escolar, que prevê responder as necessidades específicas dos alunos PAEE, temos o compromisso de pensar em alternativas que possibilitem a plena participação dos alunos, pois, como conceitua Heredero (2010, p. 197), a inclusão deve ser compreendida como

[...] postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação, e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

Há um grupo de alunos que, para além da reorganização pedagógica, a qual têm direito, é preciso considerar suas especificidades pela condição de sua situação particular, seja de deficiência, transtorno no desenvolvimento ou muita facilidade de aprendizagem em alguma área do conhecimento. Sobre isso, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva apresenta como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de

professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Sendo assim, como garantir a aprendizagem dos conteúdos apresentados e preconizados no currículo aos alunos considerados como PAEE? Partindo do princípio de que a aprendizagem se dá a partir da interação intencional entre professor, aluno e conteúdo, o que requer planejamento, não há motivo para se pensar em restrições à aprendizagem de alunos PAEE, uma vez que a organização da prática pedagógica deve atender à escolarização de todos, sem exceção.

Quando o professor baseia sua prática na organização do ensino que se fundamenta na tríade forma-conteúdo-destinatário (MARTINS, 2013), a avaliação é realizada com a intencionalidade de superar as possíveis dificuldades de compreensão de determinado conteúdo e promover o desenvolvimento das funções psicológicas superiores¹, avançando na apropriação do conhecimento e assim sucessivamente.

Esta condição é configurada quando o ato de avaliar não se restringe a um professor que ensina ou ao aluno que aprende, mas sim entendida como um processo bidirecional, articulador e promotor do planejamento pedagógico, ofertando respostas que possibilitem retroalimentar e promover novas práticas pedagógicas para que o conteúdo escolar seja acessível a todos os alunos. Fonseca (2011, p. 23) pontua que “é preciso considerar que reformas se fazem a partir de processos, que dependem do sucesso de ações desencadeadas por seres humanos que acreditam nas capacidades de aprendizagem de todas as pessoas”.

Diante do contexto de uma avaliação quantitativa, que se reduz a mensuração do que e quanto o aluno aprendeu e que desconsidera a diversidade no processo e nos recursos do aprender, baseando-se em práticas homogeneizadoras, como única forma capaz de ensinar e atender a todos, se torna emergente pensar em práticas inovadoras, contemporâneas e atraentes, as quais sejam exercidas para a constituição de um novo contexto educacional

e, os ajustes curriculares têm se apresentado como estratégia positiva para atender às necessidades dos alunos, além de organizar uma prática que auxilie o avanço na escolarização dos alunos PAEE, como demonstrado por Fonseca (2011).

Ajustes curriculares, constituem-se em possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realizem ajustes no currículo comum, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com deficiência. Não um novo currículo, mas um currículo que a base reguladora seja o currículo comum, um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos (FONSECA, 2011, p. 27).

Se os ajustes curriculares colaboram com a prática pedagógica na sala de aula do ensino comum, por que não se valer desta estratégia para avaliar o desempenho escolar dos alunos com deficiência?

Partindo do conceito e fundamento dos ajustes curriculares, é preciso planejar ações pedagógicas centradas nas condições individuais de aprendizagem dos alunos. Para tal, precisamos inovar a ação de avaliar, e nesse ponto podemos nos valer, inclusive, das Tecnologias Educacionais Digitais (TED).

O recurso *Avaliações Personalizadas Online (APOn)*, colocado em prática com alunos PAEE, pode ser entendido como um instrumento ou estratégia elaborado para avaliar a aprendizagem, considerando as necessidades específicas de cada um desses alunos, em congruência com o currículo escolar comum e com as demandas de aprendizagem apresentadas em sua história de escolarização, apoiada pela equipe envolvida nesse processo (professor da Educação Especial, professor generalista e gestores – diretores e coordenadores). Nesse sentido, o recurso apresentado ao aluno, é configurado para a motivação para o aprender, suas características pessoais e necessidades educacionais de aprendizagem, ponderando sua condição de deficiência sensorial ou intelectual, de transtorno e, de muita facilidade de aprendizagem.

Se faz importante citar uma das atribuições específicas do professor especializado da Educação Especial, dentre as quais (BRASIL, 2008):

[...] identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008, p. 4).

A escolha pela ferramenta metodológica interativa online deu-se pelas possibilidades que os recursos tecnológicos têm de facilitar o acesso ao conhecimento.

Crianças e jovens estão cada vez mais conectados às tecnologias digitais, configurando-se com uma geração que estabelece novas relações com o conhecimento que, portanto, requer que transformações aconteçam na escola (BACICH, TANZI NETO, TREVISANI, 2015, p. 47).

Assim, nesse artigo, temos como objetivo apresentar as possibilidades de organização de estratégia pedagógica avaliativa, como a APOn, para evidenciar um procedimento para se avaliar a aprendizagem dos alunos PAEE, tendo como referência os conteúdos preconizados no currículo comum.

A produção e, posteriormente, a utilização de APOns, para alunos PAEE, pode favorecer a análise da aprendizagem deles, tanto quantitativa quanto qualitativamente, e isso nos sugere ser um recurso promotor de acesso igualitário ao conhecimento, por meio de uma ferramenta de avaliação pautada no conceito de ajustes curriculares. Ademais, o uso de recurso tecnológico apresenta um alto potencial para que se elimine barreiras físicas, sensoriais e cognitivas e, dessa forma, ressignificar as relações sociais que as envolvem, além de produzir um método que promova a aquisição da aprendizagem e utilize esses conhecimentos para tornar a vida dos alunos funcional e inclusiva.

2 Desenvolvimento

Em questionamentos realizados por professores especializados da Educação Especial aos professores da sala de ensino comum, em momentos

de formação, sobre a escolarização do aluno PAEE e efetivação da inclusão escolar, foi evidenciada a necessidade de mudança da prática pedagógica avaliativa, para concretização do processo de ensino e aprendizagem, que objetiva a aprendizagem dos alunos PAEE. Entretanto, os conteúdos trabalhados deveriam ser mantidos e as propostas pedagógicas embasadas no currículo e na expectativa idade/série.

Para empreender as propostas de alteração nas práticas avaliativas, os fundamentos dos ajustes curriculares se apresentam de maneira auspiciosa para a elaboração das APOs. Desta forma, foram planejadas, elaboradas e aplicadas durante o segundo semestre do ano letivo de 2019, em redes municipais de ensino de duas cidades de pequeno porte do interior de São Paulo, para alunos do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ano) abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Ambiental, História, Geografia, Inglês e Educação Física.

O primeiro passo foi apresentar, aos professores do ensino comum, a proposta de implementação das APOs e esclarecer os benefícios que essa estratégia traria à escolarização do aluno PAEE e, conseqüentemente, a possibilidade de acompanhamento no processo de ensino e aprendizagem deste alunado, compartilhado por ambos.

Aceito o desafio por parte dos professores do ensino comum, foi iniciado, conjuntamente, o diálogo entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores do ensino comum, sobre os conteúdos dos diversos componentes curriculares. O professor preencheu um documento com as informações sobre o aluno e o conteúdo a ser trabalhado e, a partir da análise desses documentos e das matrizes avaliativas, enviadas com antecedência pelos mesmos, o professor especializado analisava e determinava quais tipologias de pergunta e quais adequações deveriam ser realizadas. Para tanto, foi necessária a discussão com os alunos PAEE, no momento do AEE, sobre preferências individuais (temas de interesse, recursos audiovisuais, etc.) para definir o contexto da APO e compreender quais ferramentas deveriam ser utilizadas na produção das APOs, sem que os

conteúdos das matrizes avaliativas fossem desconsiderados, com o objetivo de não comprometer o processo avaliativo.

Foram realizados testes de contraste, percepção visual, campo visual, tamanho da fonte de escrita com um aluno com baixa visão, para avaliar a usabilidade do recurso e foi possível concluir que o recurso atendia a todas as demandas, com a ressalva de que o *Tablet*, para o problema específico de visão, era o recurso mais adequado.

Finalizado o momento de compreensão dos envolvidos sobre as possibilidades avaliativas do uso das APOs, partiu-se para a realização do planejamento da elaboração das questões que comporiam as APOs.

O parâmetro utilizado como referência versou-se sobre o conceito de ajustes de Fonseca (2011, p. 27):

[...] ajustes curriculares, constituem-se em possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realizem ajustes no currículo comum, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com deficiência. Não um novo currículo, mas um currículo que a base reguladora seja o currículo comum, um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos.

Esses parâmetros foram fundamentais para elaborar o perfil pedagógico do aluno que necessitava das avaliações personalizadas, ou seja, quem é o sujeito gerador de sentido do recurso, quais suas necessidades, limitações sensoriais, cognitivas ou motoras.

De modo ainda mais específico, no que se refere aos ajustes curriculares, é a definição e diferenciação dos termos flexibilização, adequação e adaptação curricular, que é importante informação na condução de uma avaliação inclusiva, apesar da autora, em sua pesquisa, não especificar as modalidades de ajustes propriamente às avaliações da aprendizagem, mas ao estabelecimento de práticas inclusivas, como apresentada a seguir:

Flexibilização - Programação das atividades elaboradas para sala de aula - diz respeito a mudanças de estratégias em âmbito das práticas pedagógicas que não consideram mudanças no planejamento curricular de ensino;

Adequação - Atividades individualizadas que permitam o acesso ao currículo que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento às necessidades acadêmicas de cada aluno - dizem respeito a adequações ao planejamento curricular de ensino, considerando a necessidade de determinados alunos, prevendo mudanças em objetivos, conteúdos, recursos e práticas pedagógicas;

Adaptação - Focaliza, sobretudo, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no planejamento curricular da sala de aula atendendo às diferenças individuais - diz respeito à mudança do próprio planejamento curricular, propondo um currículo alterado para determinado aluno, que poderá se beneficiar de um modelo de planejamento diferente do trabalhado com os demais alunos (FONSECA, 2011, p. 36).

A sequência foi produzir uma ferramenta que possibilitasse parâmetros de como construir o melhor recurso de acesso aos conteúdos trabalhados na sala de aula do ensino comum e, conseqüentemente, do conhecimento. A partir disso, foi elaborado um formulário online, disponibilizado pelo *Google Forms*, com questões variadas com diferentes estilos de questionário, sendo eles: de múltipla escolha; escala *Linkert* (escala linear, respostas curtas, construção de parágrafos); análise de *Graphics Interchange Format (Gif's)*; e vídeos produzidos de forma personalizada.

Antes de disponibilizar a APOn para o professor do ensino comum realizá-la com o aluno PAEE, testes foram desenvolvidos pelo professor especializado com classes que não tinham participantes PAEE, por meio da plataforma digital *Google Forms*, para entender todas as possibilidades tecnológicas que o recurso oferecia, tais como: imagens, vídeos, *gifs*, atividades de ligar, com o intuito de antecipar algum tipo de equívoco ou problema técnico. Após os testes o recurso foi considerado válido e adequado para o uso com os alunos PAEE.

As primeiras execuções das APOns foram para avaliação da aprendizagem dos conteúdos de uma aluna com baixa-visão, oito alunos com laudo de deficiência intelectual, cinco alunos com TEA, tendo como referencial teórico as matrizes avaliativas fornecidas pelos professores da sala de ensino comum. Na escola de um dos municípios em que havia estrutura física, as

APOns foram realizadas em laboratórios de informática com todos os alunos, com e sem deficiência, ou seja, numa perspectiva inclusiva.

Após a realização das APOns os resultados quantitativos foram registrados no banco de dados do próprio *Google Forms*, em planilhas, as quais puderam ser analisadas tanto pelo professor especializado quanto pelo professor do ensino comum, possibilitando a confecção de gráficos, que serviram de referências para elaboração de novas APOns. Após análises dessas planilhas foi possível elencar várias questões e entender como cada aluno reage a cada tipo de questão, o que nos permite melhor precisão nas elaborações desse instrumento de avaliação.

3 Considerações Finais

As APOns se apresentaram como eficiente estratégia pedagógica de avaliação da aprendizagem dos alunos PAEE, colaborando com a sua escolarização no que se refere a efetivação da inclusão escolar que vai além do acesso e permanência do aluno PAEE na escola, ou seja, é possível avaliar sua aprendizagem e conseqüentemente ações inclusivas que repercutem no sucesso da escolarização desses alunos, sendo uma ferramenta eficaz na avaliação quantitativa e qualitativa, valendo-se do uso de ajustes curriculares que podem contribuir com as diferentes vias de aprendizagem.

Com esse recurso pedagógico avaliativo, foi possível verificar a vivência e experiência dos alunos PAEE com recursos tecnológicos, além de abordar conceitos, que a personalização torna acessível, assim como os aspectos emocionais, sociais e culturais.

Foram evidenciados, também, os aspectos de planejamento da ação pedagógica, tornando-a inclusiva e assumindo a real função dos processos avaliativos, proporcionando reflexão dos professores, do ensino comum e especializado em educação especial, sobre o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o equitativo e acessível.

Outro aspecto a considerar foi o impacto positivo na relação do professor da sala comum com o professor especializado, e na relação entre alunos, pois todos compartilham do mesmo conteúdo apresentado de formas diferenciadas.

As APOs permitiram o planejamento avaliativo colaborativo entre os profissionais, efetivando o processo de avaliação de alunos PAEE, reduzindo conflitos e criando uma teia de inter-relações educacionais, fazendo com que, na prática, o professor da sala comum possa compreender a função e a importância do professor especializado para uma prática docente que promova o desenvolvimento dos alunos.

Cabe destacar, que novas pesquisas devem ser realizadas de modo que demonstrem resultados significativos também na avaliação de alunos sem deficiências, ou seja, avançar das práticas avaliativas consideradas tradicionais para práticas interativas e tecnológicas, que alcancem os mesmos objetivos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 21 ago. 2020.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). *Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.

FONSECA, K. A. *Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores*. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

HADJI, C. *Avaliação Desmistificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772/9772>.

Acesso em: 27 ago. 2020.

HOFFMANN, J. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.

Notas de fim de página

¹ Funções Psicológicas Superiores definidas por Martins (2013), a partir de estudos de Vigotski que visou as expressões funcionais na forma de comportamentos complexos, como “formações culturais, implicam o domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo e sustentam atividades complexas culturalmente desenvolvidas”.